



CAU/RR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de Roraima

Carta Aberta aos Candidatos a Prefeitos e Vereadores

Inspirados pela “Carta Aberta aos Candidatos a Prefeitos e Vereadores” do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU-BR), cujo tema vislumbra a necessidade de um **pacto pela qualidade das cidades** e, entendendo as especificidades de cada lugar, o CAU-RR reafirma a questão proposta e lançamos o questionamento: *Qual cidade que precisamos em Roraima?*

Primeiramente temos que aceitar a importância do profissional Arquiteto e Urbanista, cuja formação técnica e atuação são imprescindíveis para a construção da imagem de nossas cidades e, entendendo o papel da municipalidade como agente gestor das questões urbanas, apresentamos as contribuições para as cidades roraimenses, na perspectiva de seu desenvolvimento. Embora o caráter da carta aberta do CAU-BR aponte para as questões das cidades metropolitanas, entendemos que Roraima possui condição delicada em razão da distância de outros grandes centros e pela característica de polo regional, em condição de tríplice fronteira, o que provoca, especialmente sobre as estruturas urbanas da capital, Boa Vista, tensões que exigem atenção redobrada sobre as questões do planejamento urbano-regional e infraestrutura, que não distancia dos problemas metropolitanos.

A história aponta o sucesso das cidades que tiveram e aceitaram que sua conformação não deva estar apenas subordinada ao casuísmo e acaso, mas pautadas sobre um planejamento sério. Temos exemplos como Curitiba, Niterói e Belém onde a presença de arquitetos e urbanistas no comando da gestão municipal foram transformadoras. Boa Vista é exemplo de núcleo que, inicialmente com cerca de 2.000 habitantes, foi planejada para um crescimento populacional improvável, à época, de até 40.000 habitantes por Darcy Aleixo Derenusson e que, a partir de suas condições urbanas propícias, se tornou a capital nas dimensões que temos hoje. Contudo há necessidade de entendermos que o crescimento da cidade e ocupações desordenadas que se seguiram provocaram o desmantelamento de uma estrutura de gestão urbana viável, pela falta de um planejamento urbano consistente. Em nossa capital, além das questões apontadas, temos questões ambientais, como a ocupação de mananciais e áreas de preservação, que comprometem o ecossistema delicado de nossa situação de lavrado.

Fora a situação das demais cidades roraimenses, cuja ausência total de planejamento técnico sujeitam seus cidadãos à dependência de estruturas e serviços de outras localidades, como os de Boa Vista, centralizado problemas estruturais que deveriam ser solucionados em sua escala. Portanto, entendemos que, embora não haja uma característica metropolitana, as



relações que se estabelecem entre as cidades roraimenses necessitam de atenção técnica habilitada e qualificada para o planejamento de sua governança.

Assim sendo, ratificando a Carta Aberta do Conselho de Arquitetos e Urbanistas do Brasil, propomos aos candidatos das próximas eleições municipais atenção aos desafios da governança e do planejamento urbano e, atentos aos riscos do desmantelamento do planejamento das cidades, apresentando o potencial profissional de um campo em franco crescimento profissional em nosso estado, defendendo um pacto pela qualidade da cidade, cujos fundamentos seriam: governança local e metropolitana; plano de desenvolvimento urbano integrado e integrador da cidade e seu desdobramento para as escalas do bairro, da rua e do lote; e monitoramento constante das metas desses planos, a ser efetuada pelos gestores das cidades, com total transparência para a população.

1. GOVERNANÇA LOCAL E METROPOLITANA

Defendemos a ideia de que a cidade é um espaço da cidadania, por sua condição básica. Assim sendo, os processos de governança devem apontar para a integração de seus múltiplos agentes, visando o desenvolvimento integrado de ações, tanto entre setores quanto entre estruturas. Assim, respeitando as funções cultural e social da cidade, preconizadas na Constituição Federal, o cidadão deve ser agente efetivo da dinâmica urbana, não apenas usuário passivo.

Assim sendo, vislumbrando a importância de Boa Vista e as cidades que gravitam ao seu redor dentro da estruturação urbana nacional, há a necessidade de equipar os municípios com equipamentos públicos e compor tecnicamente com profissionais qualificados e habilitados dentro do grupo de governança. Isso se faz necessário para que o diálogo técnico intermunicipal se faça de forma positiva e propositiva, visando otimização de recursos e meios.

Nesta perspectiva, serviços culturais devem promover a circulação de produção e de pessoas pelos espaços públicos, aproximando os serviços públicos das pessoas, garantindo máximo direito à cidade, pela apropriação de espaços como praças, parques e ruas. Entendemos que ações públicas devam ter como princípio o protagonismo do cidadão, atendendo às demandas locais e comunitárias em suas expectativas e valorizando suas potencialidades, na promoção das políticas públicas.

O protagonismo cidadão, sendo bem promovido, garante à governança um braço de aliança que garante a qualquer gestão respaldo em suas ações e reverte em outros movimentos positivos. A apropriação do espaço – físico ou institucional – garantem legitimidade e sensação de pertencimento político, fortalecendo a governança. Assim sendo, há necessidade de fortalecimento dos conselhos, planos e fundos municipais de políticas públicas, com especial atenção para a necessidade de assento de representantes institucionais e profissionais habilitados.

Há a necessidade de que o serviço de fiscalização seja efetivo, além do fortalecimento do processo de produção de planos diretores municipais sob essas perspectivas, de forma a



garantir efetividade das propostas que os compõem.

PLANEJAMENTO URBANO

Temos como convicção a necessidade do diálogo com a população na construção dos instrumentos e processos de gestão, tanto o leigo quanto o técnico. Assim entendemos que o planejamento urbano deva ter como foco o usuário da cidade, não suas estruturas que devem, estas sim, a serviço do bem-estar do cidadão. Portanto o uso e ocupação do solo urbano deve ter como foco os usuários, a fim de levar as pessoas a desfrutar dos espaços com qualidade, tanto na escala de suas edificações quanto no processo de apropriação dos espaços públicos.

A mobilidade urbana deve ser pensada como um todo, com distribuição estratégica dos serviços, a fim de diminuir os custos e deslocamentos para os atendimentos. Deve-se valorizar processos locais, como valorização de calçadas e ciclofaixas, contudo o transporte público deve ser pensado de forma que seja focado no coletivo, em massa e integrado.

A escala de planejamento deve considerar a escala humana e suas relações com o meio e, reafirmamos, é necessário pensar no homem, e não na cidade como prioridade, visto que o direito humano à cidade não pode ser excludente ou gentrificador. Assim, entendemos que há a necessidade de incorporar a característica policêntrica, especialmente na capital, valorizando o surgimento de micro-centros de serviços, descentralizando a cidade, não apenas comercial mas institucionalmente também, prevendo sub-prefeituras, aproximando a participação efetiva da comunidade local.

Deve ser valorizado o paisagismo funcional focado nas necessidades locais, mas, especialmente, de forma a permitir qualidade para o trânsito pedonal e ciclístico, favorecendo a mobilidade urbana. O paisagismo deve também estar associado a programas e projetos que favoreçam a ecoeficiência, o saneamento e a promoção de uma cidade mais humana.

Há a urgente necessidade de criação de um programa/plano de assistência técnica para população de baixa renda, a fim de que as soluções habitacionais sejam condizentes com as necessidades reais da população e garantindo qualidade nas soluções arquitetônicas. A valorização no planejamento na habitação de interesse social deve ter como foco sua eficiência quanto ao acesso de bens e serviços e, para isso há a necessidade de atenção à distribuição dos espaços e serviços públicos de forma integrada na cidade.

Quanto às questões que tangem à eficiência energética e sustentabilidade é urgente garantir matriz energética sustentável, com o uso do potencial solar característico do estado de Roraima, assim como o desenvolvimento e implantação de planos de resíduos sólidos e saneamento urbano, com a promoção da coleta seletiva, reciclagem e reuso, além da instalação de ecopontos para entulhos, aterros sanitários, a fim de garantir melhor qualidade de vida para a população.

Entendendo-se o conceito de sustentabilidade de forma ampliada, o planejamento urbano deve promover a participação da sociedade envolvendo-a nas decisões para intensificar a sustentabilidade urbana. A educação para a cidade deve ser transversal ao processo formal



nas escolas, garantindo a inserção da discussão no processo desenvolvimento da comunidade. Também deve ser incentivada a valorização e preservação do patrimônio cultural da cidade, a partir de suas referências materiais, memórias e dinâmicas culturais.

A importância da construção técnico-científica do conhecimento sobre as cidades deve ser valorizada, com especial atenção à produção acadêmica, visto que as universidades desenvolvem projetos em vários campos de inovação e de uso de tecnologias: projetos prontos e aplicáveis, para serem discutidos de forma ampliada pela sociedade e gestão pública. Nesse sentido, devemos destacar a importância do Arquiteto e Urbanista, profissional apto e capaz para análise e monitoramento do uso e ocupação dos espaços públicos, como calçadas, praças, ruas com cobrança efetiva no planejamento e fiscalização. Desta forma há de se prever a inserção de quadro técnico e de carreira habilitado para articular essas soluções.

MONITORAMENTO DE METAS

Compreendendo que a efetividade de qualquer intenção só se faz a partir de um procedimento de controle que auxilie à governança das cidades, o controle social deve ser promovido, porém destacamos algumas estratégias importantes que devem ser valorizadas.

O cumprimento das legislações urbanísticas deve ter fiscalização efetiva qualificada e habilitada para seu monitoramento.

A representatividade social deve ser promovida com a inserção de representantes nos conselhos municipais de políticas públicas que tangem os temas relativos às cidades, incentivando sempre a presença técnica, institucionalmente habilitada, a fim de qualificar as discussões e encaminhamentos nestes fóruns. Contudo é imprescindível o envolvimento da sociedade nas tomadas de decisão com gestão colaborativa e transparente nas soluções relativas ao desenvolvimento urbano.

Tecnicamente é imprescindível a criação de um cadastro multifinalitário urbano nos municípios roraimenses, garantindo a sistematização de dados e a transparência destes. Este instrumento garantirá, além um aporte técnico nos processos decisórios, a qualificação do Imposto Predial Territorial Urbano, promovendo a necessária atualização planta de valores, garantindo justiça fiscal para cálculos sobre imóveis.

Este **pacto pela qualidade das cidades roraimenses**, proposto pelo CAU-RR à sociedade e candidatos a prefeitos e vereadores apresenta meios reais da contribuição de nossa classe profissional, que conta atualmente com cerca de 200 Arquitetos e Urbanistas, profissionais capacitados e habilitados para propor discussões e soluções técnicas para as cidades, no estado de Roraima. “Com ele, a Sociedade tem em mãos parâmetros para orientar sua reivindicação por cidades mais dignas e justas, na perspectiva de uma gestão democrática baseada no planejamento e organização, com a garantia da continuidade de planos, projetos e ações sem a demarcação do calendário eleitoral”, conforme aponta o CAU-BR.

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima vêm, desta forma, apresentar seus princípios, a partir do reconhecimento de seu potencial técnico de contribuição com os



CAU/RR

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de Roraima

programas de governo propostos, visando contribuir para a construção de uma agenda urbana transformadora, que valorize o ser humano e o meio em que se insere, promovendo o desenvolvimento urbano potencializando meios e recursos que caracterizam nossas cidades roraimenses.

Boa Vista, 28 de setembro de 2016.

Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima – CAU-RR